

16. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DOS APOIOS SÓCIOEDUCATIVOS PARA CRIAÇÃO DO PROGRAMA "VOUCHER-EDUCAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE BRAGA":

Submete-se para ratificação o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20 de agosto de 2020, segundo o qual aprova a minuta do protocolo mencionado em epígrafe, que vai em anexo.

*Às 20 de Setembro,
para ratificação.*

2008.21



Assunto: Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação Comercial de Braga no âmbito dos apoios socioeducativos para Criação do programa "Voucher-Educação para os Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Braga"

1. A Constituição da República Portuguesa estabeleceu no respetivo artigo 74.º, n.º 2, alínea a), o princípio de universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico.
2. O Município de Braga tem procurado construir políticas sociais que favorecem o apoio à família.
3. A nível municipal o apoio em matéria de aquisição de manuais escolares insere-se nas atribuições dos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas. d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.
4. Encontra-se ainda legalmente previsto no Regime Jurídico das Autarquias Locais que cabe à Assembleia Municipal aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município – *cfr.* alínea g) do n.º 1 do artigo 25 da já referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
5. As referidas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais cometidas às Câmaras Municipais, incluindo-se no auxílio a prestar aos estudantes através da atribuição de auxílios económicos – *cfr.* o disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
6. Neste sentido, o Município de Braga tem vindo a prosseguir uma política educativa assente na construção de uma escola inclusiva em que o acesso à Educação seja um direito assumido, promovendo um conjunto de políticas que

fomentam a equidade educativa e que passam pela implementação de medidas de apoio socioeducativo como a atribuição de benefícios em espécie ou de natureza pecuniária, apoio alimentar, atribuição de auxílios económicos e desenvolvimento de atividades de apoio à família.

- 7.** Relativamente aos auxílios económicos, foram inicialmente contemplados com o apoio socioeducativo à aquisição de manuais e materiais escolares apenas os alunos oriundos de agregados familiares economicamente desfavorecidos, posicionados no escalão A e B.
- 8.** A partir de ano letivo 2014/2015 o atual Executivo Municipal iniciou o desenvolvimento de medidas de apoio social a todos os alunos do 1.º Ciclo do ensino básico (Ensino Público e Ensino Privado), quer através de apoios diretos, quer via reembolso.
- 9.** Os procedimentos nesta modalidade de apoio social foram prosseguidos nos mesmos termos nos anos letivos seguintes de 2015/2016 e 2016/2017.
- 10.** Já no ano letivo 2017/2018, o Ministério da Educação encetou um conjunto de medidas entre as quais, a atribuição/distribuição de manuais escolares a todos os alunos do Ensino Público (1.º, 2.º, 3.º Ciclo e Secundário), exceto para os alunos do Ensino Privado.
- 11.** Face a esta realidade, o Município de Braga, contemplou apenas, os alunos com escalão A e B e continuou a reembolsar os alunos da Rede Privada.
- 12.** Já nos subsequentes anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020 o Município continuou a assegurar o apoio aos alunos do concelho, desta feita através da aquisição dos cadernos de fichas, apoio que tem vindo a prosseguir quer através da articulação com os Agrupamentos de Escolas, quer através da aquisição direta.

- 13.** Para o ano letivo de 2020/2021, entende-se que o Município de Braga deve prosseguir as medidas de apoio social aos alunos do concelho através do apoio financeiro à aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da rede pública, através da criação do programa *"Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga"*.
- 14.** Com vista a assegurar uma gestão eficiente dos procedimentos e a garantir que o apoio é atribuído de uma forma direta e sem encargos para os beneficiados - ao mesmo tempo que se desenvolve a economia e o comércio local - afigura-se de boa gestão contar com a colaboração da Associação Comercial de Braga ("ACB") na escolha dos pontos comerciais para venda dos referidos cadernos de fichas e condução do processo de aquisição.
- 15.** Com efeito, a Associação Comercial de Braga é uma associação empresarial sem fins lucrativos e com estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, já agraciada com a medalha de ouro da cidade de Braga, apresentando 150 anos de história e mais de 7.350 associados inscritos, dos quais cerca de 1.243 mantém uma ligação efetiva à instituição na atualidade.
- 16.** Nas últimas décadas a ACB tem concretizado projetos de modernização e desenvolvimento empresarial de reconhecido sucesso, sendo frequentemente referenciada como uma das mais representativas e dinâmicas associações de empresários de Portugal.
- 17.** Com vista à prossecução dos objetivos nucleares da sua atuação, a ACB possui recursos humanos e técnicos para otimizar as relações com as empresas.
- 18.** Os custos associados à manutenção da estrutura profissional da ACB para a prestação dos referidos serviços à comunidade empresarial e bracarense são

suportados pelas quotizações dos Associados e através do cofinanciamento de projetos desenvolvidos no âmbito da implementação de programas nacionais e comunitários de apoio às atividades empresariais e qualificação dos recursos humanos.

- 19.** A Câmara Municipal de Braga tem vindo a apoiar a ACB e o tecido empresarial do concelho, no sentido de promover o desenvolvimento económico e empresarial, tendo celebrado já no decurso deste ano de 2020 *"Acordo de Colaboração para Apoio ao Empreendedorismo, Formação, Inovação e Dinamização da Atividade Comercial e Turística"* que consagra, entre outros, o desenvolvimento de ações conjuntas, com a finalidade de *"promover iniciativas de dinamização comercial, em parceria com a Câmara Municipal de Braga e outros operadores relevantes, bem como atividades de divulgação da oferta comercial, turística e cultural de Braga."*
- 20.** Atendendo à relevância e interesse coletivo das atividades desenvolvidas pelas associações empresariais, em particular pela ACB, importa ainda, no atual contexto socioeconómico, estimular as atividades económicas através do reforço da cooperação entre os organismos do Estado e as Associações; sendo para o efeito necessário o estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação que proporcionem condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial, em especial nas áreas de apoio ao empreendedorismo, formação, inovação empresarial e promoção comercial.
- 21.** De acordo com os referidos preceitos e fundamentos, entende-se dever ser assegurada a colaboração da ACB em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes mediante a celebração de protocolo de colaboração.
- 22.** No caso concreto, atendendo às especiais condições na gestão dos procedimentos para a atribuição dos voucher para aquisição de caderno de

fichas, justifica-se que as mesmas sejam asseguradas por entidade de natureza coordenadora de âmbito local, especialmente vocacionada para o efeito e em condições de vantagem em termos logísticos, com maior economia para o município.

- 23.** Devem assim ser fixadas as condições para a criação do *Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga*”, através da fixação das respetivas regras de funcionamento, nas quais se estabelecem os critérios de elegibilidade dos beneficiários, regras de adesão dos estabelecimentos comerciais interessados em participar, bem como as regras procedimentais aplicáveis ao pedido e atribuição do apoio criado.
- 24.** Relativamente ao valor da despesa prevista, foi calculado o montante no valor de €186.000 (cento e oitenta e seis mil euros), por referência ao preço de capa de cada título tal como indicado pelos Agrupamentos de Escolas abrangidos e aprovado em Conselho Pedagógico, bem como por referência à despesa de anos anteriores e ao número previsto de alunos a beneficiar no futuro ano letivo

Nestes termos, em face da necessidade de desencadear os procedimentos necessários à implementação do programa, em tempo do início do novo ano letivo, proponho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, abrigo do disposto nas alíneas. d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, profira despacho no sentido de:

- A) Aprovar a criação do Voucher-Educação e das respetivas regras de funcionamento, constante da Minuta de Protocolo de Colaboração que constitui parte integrante da presente proposta;
- B) Aprovar alocar ao mencionado programa a dotação de €186.000 (cento e oitenta e seis mil euros), para o ano de 2020

C) Submeter, para ratificação, a presente proposta à próxima reunião do Executivo Municipal, nos termos do referido artigo 35º, nº 3, da Lei nº 75/2013, e da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 19 de agosto de 2020.

A Vereadora da Área da Educação,



Dra. Lídia Dias



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DOS APOIOS
SOCIOEDUCATIVOS PARA CRIAÇÃO DO PROGRAMA
"VOUCHER-EDUCAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO
BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE BRAGA"**

Ano Letivo 2020/2021

Considerando que:

- A.** A Constituição da República Portuguesa estabeleceu no respetivo artigo 74.º, n.º 2, alínea a), o princípio de universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico.
- B.** O Município de Braga tem procurado construir políticas sociais que favorecem o apoio à família.
- C.** A nível municipal o apoio em matéria de aquisição de manuais escolares insere-se nas atribuições dos municípios nos domínios da educação e ação social, previstas nas alíneas. d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação.
- D.** Encontra-se ainda legalmente previsto no Regime Jurídico das Autarquias Locais que cabe à Assembleia Municipal aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município – *cfr.* alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da já referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- E.** As referidas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais cometidas às Câmaras Municipais, incluindo-se no auxílio a prestar aos estudantes através da atribuição de auxílios económicos – *cfr.* o disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- F.** Neste sentido, o Município de Braga tem vindo a prosseguir uma política educativa assente na construção de uma escola inclusiva em que o acesso à Educação seja um direito assumido, promovendo um conjunto de políticas que fomentam a equidade educativa e que passam pela



implementação de medidas de apoio socioeducativo como a atribuição de benefícios em espécie ou de natureza pecuniária, apoio alimentar, atribuição de auxílios económicos e desenvolvimento de atividades de apoio à família.

- G.** Para o ano letivo de 2020/2021, entende-se que o Município de Braga deve prosseguir as medidas de apoio social aos alunos do concelho através do apoio financeiro à aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da rede pública, através da criação do programa *"Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga"*.
- H.** Com vista a assegurar uma gestão eficiente dos procedimentos e a garantir que o apoio é atribuído de uma forma direta e sem encargos para os beneficiados - ao mesmo tempo que se desenvolve a economia e o comércio local - afigura-se de boa gestão contar com a colaboração da Associação Comercial de Braga ("ACB") na escolha dos pontos comerciais para venda dos referidos cadernos de fichas e condução do processo de aquisição.
- I.** A Associação Comercial de Braga é uma associação empresarial sem fins lucrativos e com estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, já agraciada com a medalha de ouro da cidade de Braga, apresentando 150 anos de história e mais de 7.350 associados inscritos, dos quais cerca de 1.243 mantém uma ligação efetiva à instituição na atualidade.
- J.** Nas últimas décadas a ACB tem concretizado projetos de modernização e desenvolvimento empresarial de reconhecido sucesso, sendo frequentemente referenciada como uma das mais representativas e dinâmicas associações de empresários de Portugal.
- K.** Com vista à prossecução dos objetivos nucleares da sua atuação, a ACB possui recursos humanos e técnicos para otimizar as relações com as empresas.
- L.** Os custos associados à manutenção da estrutura profissional da ACB para a prestação dos referidos serviços à comunidade empresarial e



bracarense são suportados pelas quotizações dos Associados e através do cofinanciamento de projetos desenvolvidos no âmbito da implementação de programas nacionais e comunitários de apoio às atividades empresariais e qualificação dos recursos humanos.

- M.** A Câmara Municipal de Braga tem vindo a apoiar a ACB e o tecido empresarial do concelho, no sentido de promover o desenvolvimento económico e empresarial, tendo celebrado já no decurso deste ano de 2020 *"Acordo de Colaboração para Apoio ao Empreendedorismo, Formação, Inovação e Dinamização da Atividade Comercial e Turística"* que consagra, entre outros, o desenvolvimento de ações conjuntas, com a finalidade de *"promover iniciativas de dinamização comercial, em parceria com a Câmara Municipal de Braga e outros operadores relevantes, bem como atividades de divulgação da oferta comercial, turística e cultural de Braga."*
- N.** Atendendo à relevância e interesse coletivo das atividades desenvolvidas pelas associações empresariais, em particular pela ACB, importa ainda, no atual contexto socioeconómico, estimular as atividades económicas através do reforço da cooperação entre os organismos do Estado e as Associações; sendo para o efeito necessário o estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação que proporcionem condições favoráveis ao desenvolvimento empresarial, em especial nas áreas de apoio ao empreendedorismo, formação, inovação empresarial e promoção comercial.
- O.** De acordo com os referidos preceitos e fundamentos, entende-se dever ser assegurada a colaboração da ACB em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes mediante a celebração de protocolo de colaboração.
- P.** No caso concreto, atendendo às especiais condições na gestão dos procedimentos para a atribuição dos Vouchers-Educação para aquisição de caderno de fichas, justifica-se que as mesmas sejam asseguradas por entidade de natureza coordenadora de âmbito local, especialmente



vocacionada para o efeito e em condições de vantagem em termos logísticos, com maior economia para o município.

- Q.** Devem assim ser fixadas as condições para a criação do "*Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga*", através da fixação das respetivas regras de funcionamento, nas quais se estabelecem os critérios de elegibilidade dos beneficiários, regras de adesão dos estabelecimentos comerciais interessados em participar, bem como as regras procedimentais aplicáveis ao pedido e atribuição do apoio criado.
- R.** Foi calculado o montante da despesa prevista no valor de €186.000 (cento e oitenta e seis mil euros), por referência ao preço de capa de cada título tal como indicado pelos Agrupamentos de Escolas abrangidos e aprovado em Conselho Pedagógico, bem como por referência à despesa de anos anteriores e ao número previsto de alunos a beneficiar no futuro ano letivo.
- S.** A minuta do presente Protocolo de Colaboração foi aprovada por despacho do Sr. Presidente de 20 de agosto de 2020, a ratificar na reunião da Câmara Municipal a realizar no dia 7 de setembro de 2020.
- T.** É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Cooperação no âmbito dos apoios socioeducativos para Criação do Programa "*Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga*", relativo ao ano letivo 2020/2021;

ENTRE:

O MUNICÍPIO DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, adiante designado "Entidade Promotora",

E

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE BRAGA, com o número de identificação de pessoa coletiva 500 971 285, com sede na Rua D. Diogo de Sousa, 91, em



Braga, no presente ato representada pelo Senhor Presidente da Direção **Domingos Macedo Barbosa**, e pelo Senhor Vice-Presidente Tesoureiro, **Daniel Fernandes Vilça**, adiante designada por "ACB",

Protocolo de Colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1.** O presente protocolo tem por objeto a definição das condições para a concessão do apoio financeiro à aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico (1CEB) público no Município de Braga, constante do ANEXO I do presente Protocolo, através da criação do programa *"Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga"*.
- 2.** A dotação do programa é de €186.000 (cento e oitenta e seis mil euros), podendo ser adaptada ao longo da execução do protocolo, caso se justifique.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Município de Braga

No âmbito do presente protocolo a Entidade Promotora obriga-se a:

- a)** Fiscalizar o cumprimento das normas do presente protocolo, designadamente o cumprimento pela ACB das condições previstas na cláusula 4.ª;
- b)** Assegurar a alocação à iniciativa Voucher-Educação a dotação de €186.000 (cento e oitenta e seis mil euros), para o ano de 2020;
- c)** Fornecer à ACB uma lista com o número total de Vouchers-Educação emitidos;
- d)** Dar publicidade ao programa *"Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga"* através das plataformas disponíveis (físicas e online) informando sobre as



condições de acesso e procedimento para a obtenção dos apoios financeiros.

Cláusula 3.^a

Obrigações da Associação Comercial de Braga

No âmbito do presente protocolo, a ACB fica obrigada a:

- a)** Proceder à gestão e execução do programa *"Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga"* de acordo com as condições previstas na cláusula seguinte;
- b)** A ACB apresentará um relatório final de execução do programa com referência aos valores pagos e eventuais dificuldades sentidas e proposta de melhoria;
- c)** Coordenar, organizar, gerir, disponibilizar e divulgar uma lista com os estabelecimentos comerciais da cidade de Braga aderentes ao Programa.
- d)** Coordenar, em articulação com o Município de Braga, ações de formação para utilização da plataforma eletrónica criada para controlar a execução do Programa, junto dos estabelecimentos comerciais aderentes.
- e)** Cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados, publicado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que for aplicável.

Cláusula 4.^a

Condições do Programa

- 1.** O programa *"Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga"* será executado de acordo com as seguintes condições:
 - a)** Serão atribuídos Vouchers-Educação para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da rede pública do



concelho, constantes da Lista que constitui o ANEXO I do presente Protocolo;

- b)** Os Vouchers-Educação serão exclusivamente para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho;
- c)** Os Vouchers-Educação destinam-se a todos os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da rede pública que frequentem estabelecimentos de ensino no concelho de Braga, independentemente do seu local de residência;
- d)** O Voucher-Educação é concedido por aluno independentemente da constituição do agregado familiar;
- e)** O Voucher-Educação será entregue no respetivo Agrupamento de Escolas, constituindo um documento nominativo, com referência ao nome e número de contribuinte do aluno e código encriptado.
- f)** O documento recebido é suficiente para utilização do valor atribuído junto dos estabelecimentos comerciais aderentes;
- g)** No momento de utilização do Voucher-Educação os encarregados de educação dos beneficiários deverão fazer-se acompanhar de documento identificativo onde conste o NIF (por exemplo, o Cartão de Cidadão) do aluno;
- h)** Os Vouchers-Educação estarão disponíveis a partir do dia 20 de agosto de 2020;
- i)** A lista com os estabelecimentos comerciais aderentes onde podem ser utilizados os Vouchers-Educação poderá ser consultada na página online do Município de Braga e da ACB e junto das respetivas escolas/agrupamentos;
- j)** Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre as condições de utilização dos Vouchers-Educação deverá ser utilizado o contacto telefónico 253 616 060 ou o endereço eletrónico educa@cm-braga.pt.





2. As condições de utilização do programa "Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga" resumidamente contidas no ANEXO II do presente Protocolo de Colaboração deverão ser disponibilizadas na página online do Município de Braga e da ACB e junto das respetivas escolas/agrupamentos.

Cláusula 5.ª

Estabelecimentos Comerciais Aderentes

1. A ACB deverá elaborar no prazo de 5 (cinco) dias a contar da assinatura do presente protocolo de colaboração uma lista com os estabelecimentos comerciais do concelho de Braga aderentes ao Programa.
2. Deverão ser convidados a aderir ao Programa todos os estabelecimentos comerciais do concelho de Braga com o objeto social adequado ao fornecimento dos materiais escolares referidos.
3. Os estabelecimentos aderentes deverão fornecer à ACB os dados a disponibilizar na lista de estabelecimentos aderentes (denominação, NIPC, morada, horário de funcionamento), publicitar através de afixação na montra do estabelecimento de informação normalizada a fornecer pela ACB com identificação do programa e assegurar o cumprimento das diretivas de gestão fornecidas pela ACB.
4. A faturação do valor do Voucher-Educação deverá ser efetuada diretamente pelo estabelecimento comercial aderente ao Município de Braga através dos seguintes dados fiscais:

MUNICÍPIO DE BRAGA

NIPC 506901173

Praça do Município, 4700-435 Braga

5. Os estabelecimentos comerciais aderentes deverão remeter semanalmente à ACB os Vouchers-Educação entregues, bem como as faturas emitidas em nome do Município para efeitos de pagamento.





6. Para efeitos de pagamento por parte do Município de Braga os estabelecimentos aderentes deverão remeter à ACB comprovativo de IBAN.
7. Após controlo e validação por parte da ACB os pagamentos serão efetuados pelo Município de Braga diretamente aos estabelecimentos aderentes no prazo de 30 (trinta) dias.

Cláusula 6.^a

Prazo de vigência

O período de vigência do presente protocolo coincide com o ano letivo 2020/2021.

Cláusula 7.^a

Execução e Avaliação do Protocolo

Para uma articulação permanente podem, os representantes indicados pelas partes, reunir-se, mensalmente, ou sempre que necessário.

Cláusula 8.^a

Ocorrências e emergências

A ACB deve comunicar à Entidade Promotora, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente protocolo.

Cláusula 9.^a

Verificação do cumprimento do objeto do acordo

1. A Entidade Promotora pode verificar o cumprimento do objeto do protocolo pela ACB, mediante a realização de vistorias e inspeções, bem como exigir-lhe as informações e os documentos que julgue necessários.
2. As determinações da Entidade Promotora emitidas no âmbito da verificação do cumprimento do protocolo são imediatamente aplicáveis e



vinculam a ACB, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 10.^a

Modificação do Protocolo

1. O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pela Entidade Promotora, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas.
2. A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

Cláusula 11.^a

Suspensão do Protocolo

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- a) Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

Cláusula 12.^a

Resolução pelas Partes Outorgantes

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula 13.^a

Revogação



1. O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
2. A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção a remeter aos demais outorgantes.

Cláusula 14.ª

Revisão do protocolo

Qualquer alteração dos termos ou condições previstas no presente protocolo, carece de prévio acordo escrito entre os outorgantes.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16.ª

Entrada em vigor

O presente protocolo entra em vigor na data da assinatura e terá em atenção o calendário escolar fixado para o ano letivo 2020/2021.

Cláusula 17.ª

Publicidade

Sem prejuízo das demais obrigações de publicidade resultantes da celebração do presente protocolo, os outorgantes deverão publicitá-lo locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da Internet.

Cláusula 18.ª

Cabimento e compromisso

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica 03 04080202 do orçamento da Entidade Promotora, com o número sequencial 53545.

Cláusula 19.ª

Disposições Finais e Omissões

As entidades subscritoras declaram estar cientes dos direitos e obrigações emergentes do presente protocolo de colaboração e acordam que em caso de omissão se recorrerá à legislação e regulamentação aplicáveis.


Braga, 20 de agosto de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,



(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Presidente da Associação Comercial de Braga,



(Domingos Macedo Barbosa)

O Vice-Presidente e Tesoureiro da Associação Comercial de Braga,



(Daniel Fernandes Vilaça)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO I

(Lista de Estabelecimentos de Ensino)

AGRUPAMENTO	ESCOLA
Escolas Alberto Sampaio, Braga	Escola Básica de Arcos
	Escola Básica de Esporões
	Escola Básica de Fraião
	Escola Básica de Lomar
	Escola Básica de Trandeiras
	Escola Básica n.º 1 de Nogueira
Escolas André Soares, Braga	Escola Básica da Ponte Pedrinha
	Escola Básica de São Lázaro
	Escola Básica do Carandá
	Escola Básica do Fujacal
Escolas Carlos Amarante, Braga	Escola Básica de Espinho
	Escola Básica de Este - São Mamede
	Escola Básica de Este - São Pedro
	Escola Básica de Pedralva
	Escola Básica de Sobreposta
	Escola Básica n.º 1 de Gualtar
Escolas D. Maria II	Escola Básica de Nogueiró
	Escola Básica de Santa Tecla
	Escola Básica de São João do Souto
	Escola Básica de Tenões
	Escola Básica do Bairro Económico
	Escola Básica n.º 2 de Lamações



Escolas de Braga Oeste	Escola Básica de Cabreiros
	Escola Básica de Sequeira
Escolas de Celeirós	Escola Básica de Cruz, Celeirós
	Escola Básica de Escudeiros
	Escola Básica de Figueiredo
	Escola Básica de Garapoa, Celeirós
	Escola Básica de Guisande
	Jardim de Infância de Lamas
Escolas de Maximinos	Escola Básica da Gandra
	Escola Básica da Naia, Ferreiros
	Escola Básica de Estrada, Ferreiros
	Escola Básica de Gondizalves
	Escola Básica de Maximinos
Escolas de Mosteiro e Cávado	Escola Básica de Carrascal
	Escola Básica de Merelim - São Paio
	Escola Básica de Merelim - São Pedro
	Escola Básica de Panoias
	Escola Básica Padim da Graça
Escolas de Real	Escola Básica da Sé, Braga
	Escola Básica das Parretas
	Escola Básica de Frossos
	Escola Básica de S. Frutuoso
	Escola Básica n.º 1 de Real
Escolas de Trigal de Santa Maria	Escola Básica de Arentim
	Escola Básica de Aveleda
	Escola Básica de Estação, Tadim



	Escola Básica de Fradelos
	Escola Básica de Ruílhe
	Escola Básica de Tebosa
Escolas Dr. Francisco Sanches	Escola Básica das Enguardas
	Escola Básica de Quinta da Veiga
	Escola Básica de São Vitor
	Escola Básica do Bairro da Alegria
	Escola Básica do Bairro da Misericórdia
Escolas Sá de Miranda	Escola Básica de Bracara Augusta
	Escola Básica de Coucinheiro
	Escola Básica de Crespos
	Escola Básica de Dume
	Escola Básica de Eira Velha
	Escola Básica de Ortigueira
	Escola Básica de Pousada
	Escola Básica de Presa
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga	



ANEXO II

(Condições Base do Programa "Voucher-Educação para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga")

1) Serão atribuídos vouchers-educação a para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga (Lista de Estabelecimentos).

2) Os Vouchers-Educação terão valor variável correspondente ao preço de capa, de acordo com o ano de escolaridade e agrupamento de escolas, independente de qualquer tipo de escalão.

3) Os Vouchers-Educação serão exclusivamente para a aquisição dos cadernos de fichas escolares que complementam os respetivos manuais escolares dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho.

4) Os Vouchers-Educação destinam-se a todos os alunos que frequentem estabelecimentos de ensino no concelho de Braga, independentemente do seu local de residência.

5) O Voucher-Educação é concedido por aluno independentemente da constituição do agregado familiar.

6) O Voucher-Educação será entregue pelo correspondente Agrupamento de escolas, constituindo um documento nominativo, com referência ao nome e número de contribuinte do aluno, código encriptado bem como ao valor.

7) O documento recebido é suficiente para utilização do valor atribuído junto dos estabelecimentos comerciais aderentes.



8) No momento de utilização do Voucher-Educação os encarregados de educação dos beneficiários deverão fazer-se acompanhar de documento identificativo onde conste o NIF (por exemplo o Cartão de Cidadão) do aluno e do encarregado de educação.

9) Os Vouchers-Educação estarão disponíveis a partir do dia 20 de agosto de 2020.

10) A lista com os estabelecimentos comerciais aderentes onde podem ser utilizados os Vouchers-Educação poderá ser consultada na página online do Município de Braga e da ACB e junto dos Agrupamentos de Escolas.

11) Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos sobre as condições de utilização dos Vouchers-Educação deverá ser utilizado o contacto telefónico 253 616 060 ou o endereço eletrónico educa@cm-braga.pt.